



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 47/2026**  
**INEXIGIBILIDADE 10/2026**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “f” DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 4537/2026**

O **MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede à Av. Santos Dumont, 75 - Centro, nesta cidade, por seu Prefeito, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados a emissão deste Termo de Inexigibilidade de Licitação, com base nos artigos 72 e 74, inciso III, alínea “f” da Lei Federal 14.133/2021, ante a necessidade de treinamento de seus servidores.

#### 1. OBJETO:

Contratação da empresa PINCOLINI E DALZUCHIO EDUCACAO E COMUNICACAO VISUAL LTDA, CNPJ 28.701.927/0001-78, por inexigibilidade, conforme art. 74 III “f”, instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/2021, conforme descrição abaixo:

| Item               | Descrição  | Empresa | Qtd. | Valor unit. | Valor total       |
|--------------------|--|---------|------|-------------|-------------------|
| 1                  | Contratação da empresa PINCOLINI E DALZUCHIO EDUCACAO E COMUNICACAO VISUAL LTDA, CNPJ 28.701.927/0001-78 – para a realização de curso, de forma online, em 25, 26 e 27 de março de 2026 para servidora Rossana da Cunha Arbo | un      | 01   | R\$489,00   | R\$489,00         |
| <b>TOTAL GERAL</b> |  |         |      |             | <b>R\$ 489,00</b> |

#### 1. DESCRITIVO DO TERMO

Justifica-se a presente contratação através das seguintes considerações:

A presente contratação terá como objetivo principal a capacitação dos servidores, técnicos do CRAS. Objetiva-se com a presente contratação: A Educação Permanente no SUAS é definida como o processo contínuo de atualização e renovação de conhecimentos e práticas. De acordo com a Política de Educação Permanente (PNEP/SUAS) (Brasil, 2013), as ações de capacitação e formação devem responder às necessidades de aperfeiçoamento profissional identificadas no cotidiano dos serviços. Esse é o caso do presente curso, que busca responder, de modo prático, a um dos principais desafios dos CRAS: superar o ciclo de atendimentos reativos e pontuais focados na provisão de Benefícios Eventuais (BE). Desde 2002, antes mesmo da criação do SUAS (2005), a abertura de unidades CRAS passou a ser incentivada em nível nacional. Os CRAS foram implantados para materializar as diretrizes da nova Política de Assistência Social (2004), especialmente a matricialidade sociofamiliar e a territorialização, em uma perspectiva de coletivização das demandas. No entanto, as respostas pontuais que caracterizaram a assistência social brasileira no passado “invadiram” a novíssima unidade CRAS, configurando esse espaço como um local em que a atividade mais frequente passou a ser o atendimento individualizado de demandas espontâneas e pontuais. Nesse contexto, o trabalho social com famílias e territórios ficou prejudicado em sua potência de ação, surgindo, no cotidiano, a



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 47/2026**  
**INEXIGIBILIDADE 10/2026**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “F” DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 4537/2026**

necessidade de reorganizar o processo de trabalho para recuperar a função para a qual os CRAS foram pensados: o Trabalho Social com Famílias e Territórios (TSFT) na Proteção Social Básica.

A viabilidade pela contratação por inexigibilidade de licitação com fundamento jurídico no art. 74, III, alínea “F” da Lei 14.133/2021, está expressa no parecer jurídico emitido pelo Procurador Carlaile Horbe.

Ao processo administrativo foram juntados: O termo de referência para inexigibilidade, a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço.

Também se encontram anexos e já devidamente conferidos os documentos habilitatórios mínimos, necessários para a contratação.

A dotação orçamentária que cobrirá a presente contratação é a que segue:

**Órgão: Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL**

**Despesa: 837 – 3.3.90.39.00.00.00.00 Outros serviços de terceiros – PJ**

**Do pagamento:**

O pagamento será efetuado até em até 15 dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal, bem como atestado de recebimento e ou medição do objeto contratado pelo fiscal de contrato.

**Da emissão do termo contratual:**

Nos termos do art. 95, II, o contrato será substituído pela nota de empenho em favor das contratadas, sujeitando-se as mesmas a este termo e ao termo de referência.

**Disposições finais:**

Ante a verificação de dotação orçamentária disponível e parecer jurídico prévio, e autorização pelo Sr. Prefeito, gerou-se o presente termo, que após análise jurídica será publicado através de extrato, nos termos da lei 14.133/2021.

Três Passos, 10 de março de 2026.

Luciana M Camilio  
Agente de Contratação

---

**Carlaile Ernesto Horbe**  
**Procurador Geral do Município**  
**OAB/RS 89.210**

---

**Arlei Luis Tomazoni**  
**Prefeito**



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 47/2026**  
**INEXIGIBILIDADE 10/2026**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “F” DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 4537/2026**

---

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

---

**1. OBJETO E CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. Do objeto:**

| Itens | Descrição   | Un | Quant | Valor unitário R\$ | Valor total R\$ |
|-------|---|----|-------|--------------------|-----------------|
| 1     | Contratação da empresa Anapicilono – Educação Permanente no SUAS, para a realização de curso, de forma online, em 25, 26 e 27 de março de 2026. | un | 01    | R\$489,00          | R\$489,00       |

**1.2.** O serviço a ser contratado é de natureza comum, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

**1.3.** A despesa será de R\$489,00 para a presente contratação.

**1.4.** O contrato terá vigência pelo período de 3 meses.

**1.5.** A execução deverá ocorrer no prazo de 3 meses a contar da assinatura do contrato.

**1.6.** Servidores que realizarão o curso: Rossana da Cunha Arbo

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.**

**Justifica-se a presente contratação através das seguintes considerações:**

A presente contratação terá como objetivo principal a capacitação dos servidores, técnicos do CRAS.

**Objetiva-se com a presente contratação**

A Educação Permanente no SUAS é definida como o processo contínuo de atualização e renovação de conhecimentos e práticas. De acordo com a Política de Educação Permanente (PNEP/SUAS) (Brasil, 2013), as ações de capacitação e formação devem responder às necessidades de aperfeiçoamento profissional identificadas no cotidiano dos serviços. Esse é o caso do presente curso, que busca responder, de modo prático, a um dos principais desafios dos CRAS: superar o ciclo de atendimentos reativos e pontuais focados na provisão de Benefícios Eventuais (BE). Desde 2002, antes mesmo da criação do SUAS (2005), a abertura de unidades CRAS passou a ser incentivada em nível nacional. Os CRAS foram implantados para materializar as diretrizes da nova Política de Assistência Social (2004), especialmente a matricialidade sociofamiliar e a territorialização, em uma perspectiva de coletivização das demandas.

No entanto, as respostas pontuais que caracterizaram a assistência social brasileira no passado “invadiram” a novíssima unidade CRAS, configurando esse espaço como um local em que a atividade mais frequente passou a ser o atendimento individualizado de demandas espontâneas e pontuais. Nesse contexto, o trabalho social com famílias e territórios ficou prejudicado em sua potência de ação, surgindo, no cotidiano, a necessidade de reorganizar o processo de trabalho para recuperar a função para a qual os CRAS foram pensados: o Trabalho Social com Famílias e Territórios (TSFT) na Proteção Social Básica.



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 47/2026**  
**INEXIGIBILIDADE 10/2026**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “f” DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 4537/2026**

**3. DO FORNECEDOR A SER CONTRATADO, DA RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E REQUISITOS HABILITATÓRIOS MÍNIMOS.**

- 3.1.** A empresa a ser contratada é a PINCOLINI E DALZUCHIO EDUCACAO E COMUNICACAO VISUAL LTDA, ROD RS-453, KM 18 - LINHA RIO BURATI, FARROUPILHA, CNPJ 28.701.927/0001-78.
- 3.2.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade do serviço, cujas negativas encontra-se anexadas ao memorando que acompanha este termo, e encontram-se válidas.
- 3.3.** A razão de escolha do fornecedor está embasada na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em seu artigo 74 que diz que inexigível quando inviável a competição, em especial nos casos de:

*III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização:*

*c) assessorias ou consultorias técnicas (...);*

*f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.*

- 3.4.** O preço foi coletado pela servidora Juliana A. Kaufmann de Quadros.

**4. DOS FISCAIS DO CONTRATO E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.**

- 4.1.** A gestão do contrato ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Sra. Rosani Antunes do Nascimento. A fiscalização através da servidora: Juliana A. Kaufmann de Quadros
- 4.2.** São obrigações da Contratante:
- 4.2.1.** Receber e acompanhar os serviços nos prazos e condições estabelecidas neste termo e contrato.
- 4.2.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados.
- 4.2.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, para que ocorram as adequações necessárias;
- 4.2.4.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no contrato, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- 4.3.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**

- 5.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no neste termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 5.1.1.** Efetuar a formação, em 25, 26 e 27 de março de 2026;
- 5.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 47/2026**  
**INEXIGIBILIDADE 10/2026**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “F” DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 4537/2026**

**5.1.4.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**5.1.5.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

**6. DO PAGAMENTO.**

**6.1.** O pagamento será realizado em até 15 após a prestação dos serviços ou conforme parecer contábil, priorizando-se o prazo estipulado neste, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

**6.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**6.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**6.4.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.4.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

**6.5.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que os valores serão atualizados pelo INPC do período.

**7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**7.1. Das Infrações Administrativas**

**7.1.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:

**7.1.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato;

**7.1.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**7.1.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;

**7.1.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**7.1.1.5.** não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**7.1.1.6.** não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**7.1.1.7.** enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

**7.1.1.8.** apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**7.1.1.9.** fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;

**7.1.1.10.** comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;

**7.1.1.11.** pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**7.1.1.12.** pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

## **LICITAÇÃO Nº 47/2026**

### **INEXIGIBILIDADE 10/2026**

**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “F” DA LEI 14.133/2021**

**Processo administrativo: 4537/2026**

## **7.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas**

**7.2.1.** A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.2.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

**7.2.2.1.** advertência, para a infração prevista no item subitem 13.1.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.2.2.** multa, nas modalidades:

**7.2.2.2.1.** compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nos itens 13.1.1.1. a 13.1.1.12

**7.2.2.2.2.** moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**7.2.2.3.** Impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 7.1.1.2. a 7.1.1.7., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 7.1.1.8. a 7.1.1.12.

## **7.3. Da Aplicação das Sanções**

**7.3.1.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**7.3.2.** A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

**7.3.2.1.** O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

**7.3.3.** A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

**7.3.4.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**7.3.5.** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.3.6.** As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

**7.3.7.** Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

**7.3.8.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade serão publicadas no site o Município ([www.trespazos.rs.gov.br](http://www.trespazos.rs.gov.br)) em ícone próprio.

## **7.4. Da execução da garantia contratual**

**7.4.1.** O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, havendo.



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 47/2026**  
**INEXIGIBILIDADE 10/2026**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III "f" DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 4537/2026**

- 7.4.2.** Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.
- 7.4.3.** Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.
- 7.4.4.** Esgotados o prazo elencado no item 13.4.3, para pagamento do valor devido, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa tributária.
- 7.4.5.** Não havendo garantia, a multa será cientificada ao contratado para pagamento nos mesmos prazos estipulados no item 13.4.3 sob pena de inscrição em dívida ativa, após o decurso deste prazo.

## **8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

8.1As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento conforme abaixo:

**Ação: 2.117 Recurso: 1.660**

(a confirmar pela SMF)

Três Passos, 10 de fevereiro de 2026

---

Rosani Antunes do Nascimento  
Secretária M. de Assistência Social

---

Juliana A. Kaufmann de Quadros  
Assistente Social – CRESSRS 6093